



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. MPPR-0088.18.001304-2

COMARCA DE SANTA FÉ (Santa Fé, Lobato, Flórida, Ângulo, Munhoz de Mello e Nossa Senhora das Graças)

<u>TEMA</u>: Recomendação Administrativa n. 04/2018 – **Aquisição de medicamentos** <u>OBJETO</u>: Análise de Prestação de Contas

<u>Súmula</u>: Gepatria Maringá. Atuação Preventiva. Recomendação Administrativa n. 04/2018. Aquisição de medicamentos. Notificação aos Municípios de Santa Fé, Lobato, Flórida, Ângulo, Munhoz de Mello e Nossa Senhora das Graças. Cumprimento integral dos Executivos de Lobato, Ângulo e Munhoz de Mello. Negligência dos Executivos de Santa Fé, Flórida e Nossa Senhora das Graças, presumindo recusa. Formalização dos Documentos. Comunicação ao promotor natural para providências e registro de documentos na PJ de Santa Fé. Remessa de minuta de TAC. Conclusão. Encerramento pelo Gepatria.

DESPACHO,

Retrospecto

SANTA FÉ

Através dos ofícios n. 1141 a 1143/2018, foi encaminhada ao Poder Executivo do município de SANTA FÉ, por meio de correio eletrônico no dia 29 de agosto de 2018 (licitasantafe@hotmail.com; secretariageral@p-santafe.pr.gov.br; controleinterno@p-santafe.pr.gov.br; procuradoria-santafe@p-santafe.pr.gov.br; prefeito@p-santafe.pr.gov.br), a RA n. 04/2018 – Aquisição de Medicamentos, fixando prazo de 60 dias para prestação de contas.

Mediante correio eletrônico encaminhado no dia 29 de agosto de 2018 (<u>lainesilva@camaradesantafe.pr.gov.br</u>; <u>protocolo@camaradesantafe.pr.gov.br</u>) foi cientificado o Poder Legislativo de Santa Fé sobre o contido na Recomendação Administrativa, solicitando a fiscalização do ente por meio de sua atuação externa.

Transcorrido o prazo para prestação de contas, <u>verifica-se que o ente permaneceu</u> <u>inerte</u>, ausente, portanto, qualquer manifestação do mesmo relacionada à prestação de contas.

Diante de reuniões realizadas junto a AMUSEP com dezenas de procuradores jurídicos, servidores, presença do MPF, este Gepatria procedeu revisão parcial de alguns parâmetros da RA, encaminhando aos municípios da comarca de Santa Fé o **ADITAMENTO** à RA original 04/2018. Todavia, mesmo assim, **perseverou o ente municipal negligente**.

Encaminharemos sugestão de providências ao promotor natural quanto os manejos a serem dispensados ao referido ente. Inobstante, de qualquer forma, tendo sido documentado a





entrega aos destinatários, certo que sua eventual inobservância poderá implicar em responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa.

LOBATO

Através do ofício n. 1145/2018, foi encaminhado ao Poder Executivo do município de LOBATO, por meio de correio eletrônico no dia 29 de agosto de 2018 (<u>lobato-gab@pref.pr.gov.br</u>; <u>dosantosfh@gmail.com</u>; <u>dossantos@gmail.com</u>; <u>administracao@p-lobato.pr.gov.br</u>), o teor da **RA n. 04/2018 – Aquisição de Medicamentos**, fixando prazo de 60 dias para prestação de contas.

Mediante correio eletrônico encaminhado no dia 29 de agosto de 2018 (presidente@camaralobato.pr.gov.br; protocolo@camaralobato.pr.gov.br) foi cientificado o Poder Legislativo de Lobato sobre o contido na Recomendação Administrativa, solicitando a fiscalização do ente por meio de sua atuação externa.

Por meio do **ofício n. 210/2018**, o Poder Executivo de Lobato informou o <u>acolhimento</u> ao contido na referida recomendação, encaminhando cópia da <u>Portaria n. 326/2018</u>, na qual são introduzidas as orientações e nomeada Comissão Municipal de Medicamentos para elaboração do REMUME, sendo seu teor publicado no Diário Oficial dos Municípios e cientificado aos servidores interessados.

Diante de reuniões realizadas junto a AMUSEP com dezenas de procuradores jurídicos, servidores, presença do MPF, este Gepatria procedeu revisão parcial de alguns parâmetros da RA, encaminhando aos municípios da comarca de Santa Fé o **ADITAMENTO** à RA original 04/2018.

Desta forma, verifica-se que o município de Lobato acolheu e implementou o contido na RA n. 04/2018, bem como o seu aditamento, razão pela qual <u>considera-se satisfeita a prestação de</u> contas por parte do ente.

FLÓRIDA

Através do ofício n. 1148/2018, foi encaminhado ao Poder Executivo do município de FLÓRIDA, por meio de correio eletrônico no dia 29 de agosto de 2018 (gabinete@florida.pr.gov.br; juridico@florida.pr.gov.br; controle@florida.pr.gov.br; licitacao@florida.pr.gov.br), o teor da RA n. 04/2018 – Aquisição de Medicamentos, fixando prazo de 60 dias para prestação de contas.

Mediante o ofício n. 1147/2018, encaminhado por correio eletrônico no dia 29 de agosto de 2018 (presidencia@c-florida.pr.gov.br; procuradoria@c-florida.pr.gov.br) foi cientificado o Poder Legislativo de Flórida sobre o contido na Recomendação Administrativa, solicitando a fiscalização do ente por meio de sua atuação externa.





Transcorrido o prazo para prestação de contas, <u>verifica-se que o ente permaneceu</u> inerte, ausente, portanto, qualquer manifestação do mesmo relacionada à prestação de contas.

Diante de reuniões realizadas junto a AMUSEP com dezenas de procuradores jurídicos, servidores, presença do MPF, este Gepatria procedeu revisão parcial de alguns parâmetros da RA, encaminhando aos municípios da comarca de Santa Fé o **ADITAMENTO** à RA original 04/2018. Todavia, mesmo assim, perseverou o ente municipal negligente.

Encaminharemos sugestão de providências ao promotor natural quanto os manejos a serem dispensados ao referido ente. Inobstante, de qualquer forma, tendo sido documentado a entrega aos destinatários, certo que sua eventual inobservância poderá implicar em responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa.

ÂNGULO

Através do ofício n. 1150/2018, foi encaminhado ao Poder Executivo do município de ÂNGULO, por meio de correio eletrônico no dia 29 de agosto de 2018 (prefeito@angulo.pr.gov.br; procuradoria@angulo.pr.gov.br), o teor da RA n. 04/2018 – Aquisição de Medicamentos, fixando prazo de 60 dias para prestação de contas.

Mediante o ofício n. 1148/2018, encaminhado por correio eletrônico no dia 29 de agosto de 2018 (angulo-presidente@angulo.pr.leg.br; procuradoriajuridica@angulo.pr.leg.br) foi cientificado o Poder Legislativo de Ângulo sobre o contido na Recomendação Administrativa, solicitando a fiscalização do ente por meio de sua atuação externa.

Por meio do **ofício n. 202/2018** o Poder Executivo de Ângulo informou o <u>acolhimento e implementação</u> do contido na recomendação, encaminhando cópia da <u>Portaria n. 43/2018</u>, na qual acolhe e introduz formalmente as orientações, designando os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica para elaborarem o REMUME do município, sendo seu conteúdo cientificado aos servidores interessados.

Diante de reuniões realizadas junto a AMUSEP com dezenas de procuradores jurídicos, servidores, presença do MPF, este Gepatria procedeu revisão parcial de alguns parâmetros da RA, encaminhando aos municípios da comarca de Santa Fé o **ADITAMENTO** à RA original 04/2018.

Após a comunicação do aditamento à RA original, o Executivo de Ângulo encaminhou o **ofício n. 49/2019**, informando o acolhimento ao Aditamento da RA original, restando, portanto, **satisfeita a prestação de contas por parte do ente**.





MUNHOZ DE MELLO

Através do ofício n. 1151/2018, foi encaminhado ao Poder Executivo do município de MUNHOZ DE MELLO, por meio de correio eletrônico no dia 29 de agosto de 2018 (gabinete@munhozdemllo.pr.gov.br; procuradoriajuridica@munhozdemllo.pr.gov.br), o teor da RA n. 04/2018 – Aquisição de Medicamentos, fixando prazo de 60 dias para prestação de contas.

Mediante o ofício n. 1152/2018, encaminhado por correio eletrônico no dia 29 de agosto de 2018 (camara@munhozdemello.pr.gov.br; procuradoria@cmmunhozdemello.pr.gov.br; presidente@cmmunhozdemello.pr.gov.br) foi cientificado o Poder Legislativo de Munhoz de Mello sobre o contido na Recomendação Administrativa, solicitando a fiscalização do ente por meio de sua atuação externa.

Por meio do **ofício n. 393/2018** o Poder Executivo de Munhoz de Mello informou o **acolhimento** ao contido na Recomendação Administrativa, implementando-a por meio do **Decreto n. 393/2018**, no qual é nomeada a Comissão Municipal de Medicamentos para a elaboração do REMUME. Em que pese o Executivo de Munhoz de Mello não tenha demonstrado a cientificação dos servidores, tampouco a publicidade de seu teor, considera-se **satisfeita a prestação de contas por parte do ente**.

Diante de reuniões realizadas junto a AMUSEP com dezenas de procuradores jurídicos, servidores, presença do MPF, este Gepatria procedeu revisão parcial de alguns parâmetros da RA, encaminhando aos municípios da comarca de Santa Fé o **ADITAMENTO** à RA original 04/2018.

Desta forma, verifica-se que o município de Munhoz de Mello acolheu e implementou o contido na RA n. 04/2018, bem como o seu aditamento, razão pela qual considera-se satisfeita a prestação de contas por parte do ente.

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Através do ofício n. 1154/2018, foi encaminhado ao Poder Executivo do município de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, por meio de correio eletrônico no dia 29 de agosto de 2018 (contato@nossasenhoradasgracas.pr.gov.br; prefeito@nossasenhoradasgracas.pr.gov.br; juridico@nossasenhoradasgracas.pr.gov.br), o teor da RA n. 04/2018 – Aquisição de Medicamentos, fixando prazo de 60 dias para prestação de contas.

Mediante o ofício n. 1155/2018, encaminhado por correio eletrônico no dia 29 de agosto de 2018 (<u>vereadorpresidente@camransg.pr.gov.br</u>; <u>protocolo-legislativo@camransg.pr.gov.br</u>) foi cientificado o Poder Legislativo de Nossa Senhora das





Graças sobre o contido na Recomendação Administrativa, solicitando a fiscalização do ente por meio de sua atuação externa.

Transcorrido o prazo para prestação de contas, <u>verifica-se que o ente permaneceu</u> <u>inerte</u>, ausente, portanto, qualquer manifestação do mesmo relacionada à prestação de contas.

Diante de reuniões realizadas junto a AMUSEP com dezenas de procuradores jurídicos, servidores, presença do MPF, este Gepatria procedeu revisão parcial de alguns parâmetros da RA, encaminhando aos municípios da comarca de Santa Fé o **ADITAMENTO** à RA original 04/2018. Todavia, mesmo assim, perseverou o ente municipal negligente.

Encaminharemos sugestão de providências ao promotor natural quanto os manejos a serem dispensados ao referido ente. Inobstante, de qualquer forma, tendo sido documentado a entrega aos destinatários, certo que sua eventual inobservância poderá implicar em responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa.

Cumpre salientar que o Poder Legislativo dos municípios em questão possuem a função de fiscalizar a aplicação da respectiva recomendação, realizando o controle externo da gestão pública dos municípios, razão pela qual não há análise de prestação de contas quanto a esses.

Conclusão

Em razão do exposto, CONCLUÍMOS e DELIBERAMOS que:

- 1) Os municípios de SANTA FÉ, FLÓRIDA e NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS <u>não</u> <u>prestaram contas</u> (implicitamente recusaram a implantação da Recomendação) quanto a **Recomendação Administrativa n. 04/2018** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS e seu **aditamento**, expedida pelo Gepatria Maringá.
 - 1.1) Em relação aos entes, <u>noticiaremos o fato ao promotor natural para as providências que entender pertinentes, inclusive com remessa de minuta de Termo de Ajustamento de Conduta</u> para que (se assim também entender) notifique os Gestores para que se ajustem consensualmente por essa via.
 - 1.2) A partir do termo e já vencido para prestação de contas, o Ministério Público (Gepatria Maringá e PJ de Santa Fé), ao analisar os procedimentos licitatórios promovidos pela gestão pública de Santa Fé, Flórida e Nossa Senhora das Graças, levará em conta a negativa dos entes em introduzirem essa orientação, podendo ensejar, inclusive para fins de caracterização de dolo, na responsabilidade pela prática de ato de improbidade administrativa e até mesmo em responsabilização por ressarcimento e criminal.





- 1.3) Por fim, DETERMINO sejam digitalizados e encaminhados aos municípios (prefeito, procuradoria jurídica, controle interno e equipe de licitação, presidente da câmara) via deste Despacho;
- 1.4) DETERMINO também sejam todos os documentos digitalizados e encaminhados à Promotoria de Justiça de Santa Fé, inclusive minuta de TAC para que, entendendo pertinente (princípio do promotor natural), convide os Gestores para adequação.
- 2) O Poder Executivo dos municípios de LOBATO, ÂNGULO e MUNHOZ DE MELLO acataram e introduziram em suas Gestões a Recomendação Administrativa retro e seu aditamento, prestando contas na forma solicitada, satisfazendo integralmente a orientação, demonstrando comprometimento com a elevação do valor público no trato de seus procedimentos.

ANOTE-SE no PRO-MP.

CUMPRA-SE.

Maringá (PR), 08 de julho de 2019.

Nivaldo Bazoti
Promotor de Justiça – Coordenador do Gepatria Maringá